



# INFORMATIVO MINISTÉRIO PÚBLICO *Paraíba*

Ano I • Nº 5 • Out/Nov/Dez de 2008

## Um 2009 voltado para a Educação e o combate às drogas



A Educação e o combate às drogas serão os principais alvos de atuação do Ministério Público da Paraíba em 2009. A garantia é da Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, que fez um balanço positivo das ações da Instituição neste ano, ao lembrar as campanhas pelo fim da corrupção, pelo voto certo e demais atividades em favor do MPPB e da população.

**Pág.7**



### **DESTAQUE**

Promotores Eleitorais são elogiados por Guilherme Ferraz

*Pág. 3*



### **GAECO**

"Operação 274" é apontada como exemplo nacional

*Pág. 4*



### **SERVIDORES**

Encontro de Servidores lota Hotel Littoral e Cartilha é lançada

*Pág. 5*



### **DESABRIGADOS**

Famílias têm casa garantida depois de ação do MPPB

*Pág. 8*

## Boas Festas!!!

**E**ste o ultimo exemplar do Informativo MP do ano de 2008. Embora seja mensal, problemas de ordem técnica terminaram por atrasar esta periodicidade, forçando a trimestralidade do derradeiro exemplar do período.

Apesar das pequenas dificuldades tão comuns a toda iniciativa pioneira, o informativo cumpriu fielmente o seu papel. O Ministério Público da Paraíba passou a contar com um importante instrumento de comunicação com a comunidade na divulgação de suas ações institucionais. Através de suas páginas, os membros da instituição tiveram a oportunidade de mostrar suas atividades em prol da sociedade em todo o Estado, além de oportunizar aos colegas o conhecimento de idéias inovadoras, numa permanente troca de valiosas informações e procedimentos.

A exemplo de outras publicações do gênero, o nosso informativo vem sendo distribuído para todas as Procuradorias Gerais de Justiça, associações ministeriais, conselhos nacionais, Ministério Público Federal, além de outras instituições e poderes eventualmente interessados. No ano que se aproxima, buscaremos inseri-lo nos organismos de reconhecimento das publicações de cunho informativo de importância e tiragens nacionais, bem como a criação do exemplar do assinante para todo o Brasil.

Esta conquista inédita não seria possível sem a efetiva participação de todos os membros do Ministério Público da Paraíba, Procuradores e Promotores de Justiça, que sempre colaboraram, seja enviando seus artigos e opiniões, ou no desenvolvimento competente e diário de suas atribuições em todos os recantos do Estado, gerando, assim, a matéria prima essencial ao sucesso da publicação. Igual reconhecimento deve ser registrado em relação aos servidores da Assessoria de Imprensa da Procuradoria Geral de Justiça, que sempre trabalharam de forma exaustiva para a formatação do informativo.

Que o ano novo nos seja ainda mais favorável, que as paginas do nosso periódico sejam insuficientes para registrar as inúmeras conquistas do nosso Ministério Público, e que a união de esforços de todos os membros seja o fator determinante para o sucesso da instituição.

**Cláudio Antônio Cavalcanti**  
Promotor de Justiça  
Secretario Geral do Ministério Público

### EXPEDIENTE

Procuradora-Geral de Justiça:  
Janete Maria Ismael da Costa Macedo  
Subprocurador-Geral de Justiça:  
Paulo Barbosa de Almeida  
Corregedor-Geral do Ministério Público:  
José Roseno Neto  
Secretário-Geral do Ministério Público:  
Cláudio Antônio Cavalcanti

Jornalista Responsável:  
Eloise Elane – DRT/PB- 2687/90  
Registro nº 293  
Integrantes da Assessoria de Imprensa do MPPB: Almira Félix, Lila Santos, Iris Porto  
Fotógrafo:  
Adeilton Almeida  
Projeto Gráfico e Diagramação:  
Sebastian Fernandes - Registro nº 1.742



**Ministério  
Público da  
Paraíba**

Procuradoria Geral de Justiça  
Rua: Rodrigues de Aquino, S/Nº, Centro,  
CEP: 58.013-030 - João Pessoa-PB

Tiragem: 1.000 exemplares

## Opinião

### Ministério Público como Transformador social

**Alley Borges Escorel\***

O Ministério Público com o passar dos anos vem assumindo funções mais amplas perante a sociedade, exigindo cada vez mais dos seus membros um conhecimento interdisciplinar sobre problemas que afligem a sociedade.

O Promotor de Justiça deve atuar como verdadeiro transformador social, realizando um trabalho de caráter educativo, ancorado no pressuposto de que não precisa ter apenas conhecimentos legais e jurídicos sobre as matérias correlatas a sua esfera de atuação, mas também dialogando com profissionais de áreas afins.

É preciso se ter a consciência de expandir conceitos e aprofundar conhecimentos sobre disciplinas até bem pouco tempo restritas a área de ciências humanas e sociais, pela importância que uma atuação interdisciplinar pode ter num caso concreto.

Na área específica da Infância e Juventude é fundamental que o Ministério Público veja primeiramente as crianças e os adolescentes não mais como objeto de direitos, mas como sujeitos e protagonistas dos direitos que lhes são assegurados pela legislação constitucional e infraconstitucional. É preciso urgentemente mudar a concepção de operadores do direito relativamente à visão que muitos ainda possuem das crianças e dos adolescentes, posto que ainda os vêem como menores, como se estes fossem seres invisíveis e inferiores, pois é muito freqüente a visão distorcida e assemelhada do menor como um ser inferior e que não goza da plenitude de direitos à cidadania ante a incapacidade civil a que foram relegados.

Ao Ministério Público cabe promover a transformação de seres em peculiar situação de desenvolvimento em jovens capazes de lutar e serem os protagonistas de sua própria história.

Portanto, é necessário que o Promotor de Justiça tenha conhecimentos aprofundados sobre a história humana e a importância da aplicação da psicologia com crianças e adolescentes, bem como, exigir a imposição de medidas sócio-educativas que não podem ter apenas um significado jurídico e legal de reprimenda à conduta conflituosa com a lei, mas ser também uma "oportunidade" de ressocializar aquele ser que precisa de apoio para sua recuperação, reconstruindo vínculos perdidos ou fragilizados, na sua entidade familiar e/ou comunitária. Eis o grande desafio: a transformação dos conceitos e paradigmas institucionais passados e as novas situações que demandam estudos em ações propositivas do Ministério Público, pois, como já dizia o saudoso sociólogo Herbert de Sousa (Betinho), "ver crianças e adolescentes com os olhos do Estatuto, é desejar para os filhos dos outros o que desejamos para nossos filhos".

Promover a Justiça e a transformação social com uma visão interdisciplinar é um grande desafio para o Ministério Público na contemporaneidade.

\* Alley Borges Escorel é Promotor de Justiça em exercício na Promotoria da Infância e Juventude da Capital



**Procurador  
Guilherme  
Ferraz pal-  
estrandando para  
Promotores  
Eleitorais**



## Promotores de Justiça são elogiados por Guilherme Ferraz por atuação nas eleições

**O**s Promotores de Justiça que atuaram nas eleições municipais deste ano foram elogiados pelo Procurador Regional Eleitoral na Paraíba, José Guilherme Ferraz. O Procurador fez um balanço positivo da participação dos membros do Ministério Público da Paraíba, nas eleições em todo o Estado afirmando que todos agiram com competência em suas funções.

Guilherme Ferraz disse que a indicação de Promotores auxiliares para ajudar no dia das eleições foi fundamental para garantir a tranquilidade do pleito. “Essa interação entre os Ministérios Públicos Eleitoral e Estadual facilitou bastante o trabalho nas eleições deste ano. Isto fez com que a população pudesse ir às urnas com tranquilidade e aguardar o resultado na mais perfeita paz”, afirmou.

Uma vez que o Ministério Público Eleitoral não tem pessoal suficiente para

atuar nas eleições em todo o Estado, o Ministério Público da Paraíba cede os seus membros. A Procuradora-Geral de Justiça da Paraíba, Janete Ismael, manteve diversas reuniões com Guilherme Ferraz para que houvesse uma maior interação entre os Promotores Eleitorais e a Procuradoria Regional Eleitoral.

Para o Procurador Regional Eleitoral, a atuação dos membros do Ministério Público Estadual foi perfeita e as eleições foram tranquilas.

## Promotoria do Consumidor resolve maior parte das queixas sem precisar impetrar ações na Justiça

Há dois anos e meio atuando na Promotoria de Defesa do Consumidor da Capital, o Promotor de Justiça, Demétrius Castor de Albuquerque Cruz, ficou conhecido por suas conciliações. Durante esse período, Demétrius Castor impetrou poucas Ações Cíveis Públicas e solucionou as demais irregularidades através de Termos de Ajustamento de Condutas ou por uma simples conversa informal com as partes envolvidas na relação de consumo.



**Promotor de Justiça,  
Demétrius Castor**

“Eu sempre digo que não costumo entrar com Ação Cível Pública antes de esgotar todos os meios administrativos para solucionar o caso. Tanto é que nesse tempo em que estou à frente da Promotoria do Consumidor, só impetrei, no máximo, cinco ou seis Ações Cíveis Públicas. Todas as outras ações eu consigo resolver administrativamente, chamando os órgãos, apaziguando e funcionando como verdadeiro conciliador”, relatou o Promotor.

Demétrius Castor também disse ser bastante acessível. “Não imponho. Converse, faça amizade com todos e ouça cada parte até que chegamos a um acordo. Com essa acessibilidade, consegui a credibilidade da população de João Pessoa”, contou.

Segundo o Promotor, a população de João Pessoa está mais consciente de seus direitos e tem procurado bastante a Promotoria. “Aqui nós atendemos, em média, cerca de 200 pessoas por mês. Todos saem atendidos e deixo bem claro que aqui eu ajo com total imparcialidade. Não defendo apenas o direito do consumidor. Eu defendo o direito, seja ele do consumidor ou do fornecedor porque a missão do Ministério Público é defender a lei” disse.

Dentre as atividades desenvolvidas por Demétrius Castor nesses últimos dois anos e meio está a participação no combate ao cartel dos combustíveis, tendo sido ameaçado de morte por causa de sua atuação. “Isso não me intimida em hipótese alguma e continuarei exercendo o meu papel de fiscal da lei e aqueles que, porventura estão às margens da lei, esses é que devem se preocupar, porque se minha boca for calada, outras bocas falarão pelo Ministério Público”, afirmou.

O Promotor realizou a fiscalização efetiva dos transportes clandestinos de passageiros, a criação do Conselho Universitário de Carteiras (CUC) e do Conselho Municipal de Carteiras (CMC), para unificar a confecção de carteiras de estudantes, evitando a desor-

ganização do setor. Também foram destruídas mais de 30 mil cópias piratas de CDs e DVDs em ação de combate à pirataria, desenvolvida juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb).

Houve ainda a criação da Cooperativa dos Profissionais de Transporte de Lazer da Paraíba (Cooperbuggy) para oferecer serviços com qualidade e segurança aos turistas. Os bares e restaurantes da Capital foram obrigados a informar visivelmente aos consumidores sobre a não obrigatoriedade do pagamento da taxa do “10%”, e ainda houve a regularização das academias de musculação.

Sobre sua atuação na Promotoria do Consumidor Demétrius disse que, quando foi convidado pela Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, para assumir essa promotoria, aceitou o cargo como um desafio. “Naquela época eu disse à Procuradora que não tinha cacife e ‘know how’ para assumir a Promotoria, mas aceitei o desafio. A matéria do consumidor é tão apaixonante e contagiante que a gente termina se envolvendo nesta promotoria que é a vitrine do Ministério Público. Eu não sou perfeito, mas procuro fazer meu trabalho com a maior perfeição possível, de forma a satisfazer as pessoas que nos procuram”.

Demétrius Castor deu um conselho para os consumidores: “Reivindiquem seus direitos. Não abaxem a cabeça porque o direito do consumidor é amplo. Há, inclusive, direitos que a maioria dos consumidores não conhece. Procure se informar a respeito deles. Seja mais informado que o fornecedor que está lhe oferecendo o produto ou serviço. Caso tenha dúvidas, procure os órgãos de defesa do consumidor e o Ministério Público”, concluiu.

## Ação do Gaeco do MPPB é destaque em Cartilha do Ministério da Justiça

**A** Operação 274, realizada pelo Gaeco do Ministério Público da Paraíba em maio de 2007, foi citada como um exemplo de resultado de ação com êxito, no Brasil, em uma Cartilha do Departamento de Proteção e Defesa Econômica (DPDE), da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE). A cartilha “Combate a Cartéis e Programa de Leniência” tem como objetivo evitar a criação de cartéis, bem como, disseminar a política brasileira de defesa da concorrência.

Na cartilha, a ação do MPPB é chamada de “Operação Pacto 274”. Ela faz um histórico da ação que combateu os cartéis dos combustíveis na Paraíba e fala do pacto de cooperação realizado entre a SDE, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE), a Polícia Federal e o Ministério Público da Paraíba, que deflagraram a operação em João Pessoa e Recife para obter provas da existência de cartel dos combustíveis.

Segundo dados apresentados pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, o desfecho da Operação 274 teve efeitos positivos para a economia da Paraíba. “Os efeitos diretos imediatos da operação para os consumidores de combustíveis de João Pessoa, ao se considerar a queda no preço e a elevação no consumo,



Janete Ismael ao lado da representante do Ministério da Justiça

podem ser estimados em cerca de R\$ 500 mil em maio de 2007. Tomando como pressuposto que as demais condições de mercado permaneceram estáveis, estima-se um ganho anual de até R\$ 32 milhões aos consumidores decorrentes da Operação Pacto 274”, detalha a cartilha.

O documento também cita outra ação que em nível internacional surtiu efeito no combate ao crime organizado, o Cartel das Vitaminas, que atuou, no Brasil, entre os anos de 1990 e 1999, sendo punido com multa de mais de R\$ 15 milhões, após investigação da SDE e o Cartel das Britas, que envolveu empresas de pedra britada, em 2002, na Região Metropolitana de São Paulo.

Programa de Leniência

### Programa de Leniência

Para combater a formação de cartel com mais eficiência, o Brasil, assim como outros países, tem adotado o programa de leniência, de modo a desvendar essa prática criminosa. O programa foi introduzido na Lei de Defesa da Concorrência em 2000 e a SDE é o órgão competente para negociar e firmar o Acordo de Leniência. O acordo é celebrado com pessoas físicas e jurídicas, em troca de confissão e colaboração na investigação da prática denunciada, com a extinção total ou parcial das penalidades administrativas originalmente aplicáveis pela prática de cartel. Consta na cartilha o site da SDE, [www.mj.gov.br/sde](http://www.mj.gov.br/sde), para que as pessoas possam denunciar a prática de cartel, que é crime.



## Termo de Cooperação com a Unipê permite que curso da Fesmip tenha especialização lato sensu

Um Termo de Cooperação Técnica e Acadêmica, firmado entre a Fundação Escola Superior do Ministério Público da Paraíba (Fesmip) e o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), estabeleceu que o MP Master, curso regular da Fesmip poderá ser estendido através de um módulo especial, como um curso de especialização lato sensu em Ministério Público, Ordem Jurídica e Cidadania.

“Esta parceria foi muito importante para a Fesmip e é fruto de um serviço muito grande que estamos desenvolvendo desde o início do ano. Ficamos muito satisfeitos em ter fechado essa parceria com o Unipê, pois sabemos da seriedade desta instituição e de seu compromisso com a qualidade dos seus cursos, de modo que esta identidade de propósitos conosco favoreceu a parceria”,

destacou o Promotor Lúcio Mendes, Diretor Geral da Fesmip.

Ele informou ainda que a parceria só foi possível porque a Fesmip atende todos os requisitos exigidos pelo MEC para a oferta da titulação, a exemplo do quadro docente com mais de 50% de mestres e doutores, biblioteca atualizada e documentação pedagógica completa. A parceria foi assinada pelos Diretores Geral e Adjunto, os Promotores, Lúcio Mendes e Eny Filho, respectivamente, e o Reitor do Unipê, Professor José Loureiro.

“Este convênio é realizado por algumas poucas escolas do Ministério Público no Brasil, possibilitando ao aluno cursar o Máster, com duração de 720 horas/aulas, obter o título de especialista”, enfatizou Lúcio Mendes.



Dr. Lúcio Mendes e o Reitor da Unipê, José Loureiro

### Mestrado UFPB

Além desse convênio, o Ministério Público, através da Fesmip, também firmou um outro convênio com a Universidade Federal da Paraíba para a implantação de um Mestrado em Sociologia, Políticas Públicas e Violência Urbana, com vagas para os Promotores de Justiça.

## Mais de 300 funcionários participaram do Primeiro Encontro de Servidores

**P**or dois dias, 344 funcionários do Ministério Público da Paraíba participaram do Primeiro Encontro de Servidores do MPPB, no Auditório do Hotel Litoral, quando tiveram a oportunidade de ouvir palestras que aprofundaram seus conhecimentos de trabalho. O evento foi promovido pela Procuradoria Geral de Justiça em comemoração ao Dia do Funcionário Público, que vislumbra a realização de um I Congresso Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais, em maio de 2009.

A palestra de abertura do Encontro foi proferida pelo consultor de Recursos Humanos Edilmo Vieira de Carvalho que tratou do tema “Modernizando o Apoio Institucional do MPPB”. Edilmo fez um paralelo sobre o significado do moderno e da modernidade. Ele abordou o desenvolvimento tecnológico, e lembrou os diversos objetos que serviram para facilitar o trabalho do ser humano, como fax e máquina datilográfica, que no momento de sua invenção foi considerado o que havia de mais moderno. No entanto, nos dias atuais, totalmente ultrapassado, tendo em vista a era da informatização.

Sobre a humanização da atividade funcional, Edilmo observou a necessidade do setor dos recursos humanos investir melhor nos funcionários, na sua capacitação e em que local ele está melhor preparado para trabalhar. Da mesma forma, observou que os servidores devem se interessar em adquirir mais conhecimentos na sua área de atuação e cumprir o seu dever como servidor.

Ao abrir o Primeiro Encontro dos Servidores do Ministério Público da Paraíba, a Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, afirmou que o encontro foi “um marco na história funcional dos que servem à instituição ministerial”.

### Outras palestras

O Conferencista, Consultor e Palestrante, Gonçalo Pontes Júnior, ministrou palestra motivacional, com o tema “A Postura Ideal no Mundo Real”. Ele conseguiu mexer com os participantes do Primeiro Encontro de Servidores do Ministério Público da Paraíba.

“A palavra servidor público vem de servir, servir em Jesus Cristo. É assim que nós devemos trabalhar, para servir”. Foi com estas palavras que Gonçalo Pontes iniciou sua palestra. Ele falou sobre a importância de se tomar um posicionamento (postura) diante das dificuldades. De acordo com ele a postura é algo extremamente fundamental no mundo de hoje e que a postura ideal é aquela em que a pessoa vê aquilo que ninguém vê. “É a decisão que você toma que lhe dá a postura ideal nesse



mundo ideal”, destacou.

Coube aos Promotores de Justiça Rhomeika Porto e Hamilton de Souza Neves falar sobre a instituição ministerial e os direitos e deveres dos servidores. Ambos exortaram os servidores a vestirem a camisa do Ministério Público.

Hamilton Neves chamou a atenção para o fato de que o servidor geralmente conhece muito bem os seus direitos, e pouco os seus deveres. “Nós sempre cobramos dos

outros, mas somos complacentes para conosco” e acrescentou: “Em nosso trabalho nós precisamos praticar nossos deveres e ajudar os colegas de trabalho para criar um ambiente de compreensão que será salutar para o progresso da instituição”.

Em sua palestra, a Promotora Rhomeika Porto discorreu sobre a evolução do Ministério Público a partir da Constituição de 1988. “Antes de 88 o Ministério Público era pouco lembrado. Apenas quando havia um grande júri o promotor era lembrado porque ‘era bom de júri’. Porém, hoje em dia não se fala mais como um órgão acusador, mas como aquele que resolve efetivamente os problemas que são levados para ele”, disse.

## Cartilha de orientação elaborada por servidores é lançada durante Encontro

Uma cartilha de orientações ao servidor do Ministério Público foi lançada durante o Encontro pela Procuradora-Geral de Justiça Janete Ismael. A cartilha faz parte do Projeto Servidor em Ação e foi elaborada por servidores de Guarabira Graça Melo, Francisco Ítalo, Flávio Henrique e Jonatha Vieira, que, por conta própria, organizaram a sede da Promotora onde trabalham.

Em seu conteúdo, o manual de orientação contém cinco módulos, que tratam sobre “Os Cinco esses, (Senso de utilização, Senso de ordenação, Senso de limpeza, Senso de Saúde e Senso de Cidadania), Noções de Direito, Redação Oficial, Prática Cartorária e Noções de Informática”.

Ao apresentar a cartilha, Janete Ismael observou que ela vai servir de norte para todos os servidores do Ministério Público da Paraíba bem como trazer unidade no trabalho. De acordo com a Procura-

dora-Geral de Justiça, os servidores prepararam um cartório, que não existia, prepararam o material e apresentaram para a administração, que aproveitou como base para a produção da cartilha.

“Essa cartilha vai orientar o servidor, do Litoral ao Sertão, sobre noções básicas, como redação oficial. Eu peço permissão a vocês para, apresentar esta cartilha, em janeiro, na reunião dos Procuradores-Gerais de Justiça. Esta pequena cartilha que irão receber vai ser de grande utilidade para o dia-a-dia de vocês”, afirmou a Procuradora parabenizando os autores.

Jonatha Vieira ficou responsável pela apresentação da cartilha. “Nós encontramos a Promotora cheia de deficiências. Documentamos tudo, inclusive com fotografias e encaminhamos a Diretoria Administrativa, foi quando surgiu a idéia de fazer o projeto servidor em ação”, relatou. Ele agradeceu o apoio da Procuradora-Geral e a Diretoria Administrativa.

# Combate à Corrupção

## Promotorias de cidades paraibanas realizam vários eventos para encerrar campanha

**C**aminhadas, com cartazes e faixas, com alunos e professores da Rede Pública e Particular de Ensino, representantes da Secretaria de Educação, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, sociedade civil, festas, apresentações de Banda de Fanfarra e teatro com fantoche, foi assim o encerramento da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” nos Municípios de Araruna, Remígio, Algodão de Jandaíra, Uiraúna e Poço Dantas.

De acordo com informações do Promotor de Justiça, Carlos Guilherme Machado, que responde pelas Promotorias de Uiraúna e Poço Dantas, a campanha educativa teve o objetivo de conscientizar as crianças e adolescentes, desde cedo, sobre a importância de abolir a corrupção no país.

Além da realização dos eventos, o Promotor explicou ainda que houve o concurso de redação, cartazes e frases sobre o tema com premiação para os alunos vencedores. “Para conseguirmos a premiação fizemos uma campanha junto ao comércio para arrecadar os brindes” observou Carlos Guilherme, enfatizando que “a adesão e a participação, não só das escolas, como da sociedade, surpreendeu e superou todas as minhas expectativas e que o momento foi muito feliz”.

Já na cidade de Araruna, no brejo paraibano, segundo a Promotora de Justiça, Ana Maria Pordeus Gadelha, titular da Promotoria, além da caminhada, que foi realizada nas principais ruas da cidade, a população também se sensibilizou e ajudou na divulgação da campanha com carros de som, cartazes, panfletos, banners, folderes, adesivos e faixas, sendo alguns destes material oficial da campanha e outros confeccionados pelas escolas envolvidas.

“A campanha teve caráter educativa e busca conscientizar a sociedade, especialmente crianças e adolescentes, a partir de um diferencial, que é o incentivo à honestidade e transparência das atitudes do cidadão comum, destacando atos rotineiros que contribuem para a formação do caráter”, explicou Ana Maria.

### Produção vídeo

Nos Municípios de Remígio e Algodão de Jandaíra, a Promotora de Justiça Caroline Freire Monteiro, além de programar um encerramento da campanha de combate à corrupção com festas e



apresentações de bandas e teatrais, produziu ainda um vídeo de esclarecimento, para os alunos, sobre a campanha, que contém também fotos e imagens dos eventos realizados nas duas cidades no encerramento da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”.

Segundo Caroline Freire, a campanha nos dois Municípios teve início no mês de julho, onde foram realizadas reuniões com os prefeitos e secretárias da educação das duas cidades, bem como, palestras nas escolas e reuniões com toda a comunidade escolar.

Ela informou ainda que o objetivo da campanha foi alcançado, onde mais de 2.000 mil alunos participaram do concurso de desenho e redação, das escolas particulares e públicas dos dois municípios, onde foram selecionados os melhores trabalhos que estão sendo enviados para a coordenação estadual para concorrer em nível estadual.

A premiação do concurso de redação e desenho, primeiro, segundo e terceiro lugar, foi entregue durante a realização da festa de encerramento. Caroline explicou ainda que o trabalho de divulgação da campanha foi desenvolvido com o apoio dos servidores da Promotoria de Justiça de Remígio, dos prefeitos, das secretárias municipais da educação e de alguns comerciantes. “Os funcionários da Promotoria estão de parabéns pelo brilhante trabalho desenvolvido, com dedicação, responsabilidade, profissionalismo e acima de tudo competência”, destacou.

## Promotor pede condenação de ex-prefeito de São Domingos

O Ministério Público Estadual propôs ação civil pública (ACP) contra o ex-prefeito de São Domingos-PB, José Eudes Honório de Queiroga, por prática de improbidade administrativa, durante o exercício financeiro de 2003.



**Promotor Rafael Linhares**

O Promotor de Justiça Rafael Linhares, que atua na Promotoria de Defesa do Patrimônio Público relatou na ação que as investigações do Ministério Público foram baseadas na rejeição de contas do ex-prefeito, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os técnicos do TCE descobriram uma série de irregularidades praticadas pelo ex-gestor municipal, referentes à inobservância do princípio da obrigatoriedade de licitação na realização de contratos administrativos entre o Município de São Domingos e diversas pessoas físicas e jurídicas.

Na ação, Rafael Linhares denuncia que em 2003 o, então Prefeito, José Eudes Honório de Queiroga gastou R\$ 219.523,37 com eletrificação rural, pavimentação de calçadas, recuperação de escolas, aquisição de combustível, material de limpeza, gêneros alimentícios, medicamentos, material de construção e escritório, dentre outros serviços e obras, sem a observância das regras de licitação.

O Promotor também argumentou que a falta de licitação implica prejuízo ao cofre público, “pois tolhe a possibilidade de se comparar preços, de se promover o embate entre fornecedores, de modo que o dano patrimonial é evidente, porque jamais se saberá qual, teria sido o melhor negócio para a Administração Pública”.

A ação ainda faz referência ao fato de o TCE já ter, em 2002, chamado a atenção do ex-prefeito, por este ter deixado de promover licitação para a aquisição de bens e serviços, no montante de R\$ 681.592,14. “O que demonstra a má-fé do Sr. José Eudes em cumprir os ditames da lei”, declarou o Promotor na ACP.

Rafael Linhares pediu a condenação do ex-prefeito de São Domingos nas sanções do artigo 12, II e III da lei nº 8.429/92.

## Um ano dedicado à área da educação e ao combate às drogas

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, JANETE ISMAEL, QUER QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA INVISTA NA FISCALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, COM A REALIZAÇÃO DE UMA CAMPANHA VOLTADA AO ESCLARECIMENTO DOS ALUNOS DAS REDES DE ENSINO CONTRA AS DROGAS.

**A**s vésperas do recesso de final de ano, que terá início no dia 20 de dezembro e vai a 6 de janeiro, Janete fez um balanço positivo das atividades realizadas pelo MPPB em 2008, observando que ainda tem muito o que fazer pelo bem da instituição e da população paraibana.

Durante o recesso só funcionarão os plantões, dos Promotores de Justiça, durante os finais de semana.

“O ano de 2009 será para o Ministério Público o Ano da Educação. Vamos abordar esse tema, investir nele e vamos fazer a campanha “O que você tem a ver com a droga”, afirmou a chefe do Ministério Público, acrescentado que irá buscar patrocinadores, para que a campanha atinja os 223 municípios paraibanos. Ela disse que serão desenvolvidas várias atividades na área da educação, principalmente com relação às drogas. Para isso, justificou que a Paraíba está sofrendo uma involução com relação às drogas e isso muito tem preocupado a instituição. “Temos municípios em que 90 por cento dos adolescentes já usam drogas”, concluiu.

Sobre as realizações, a Procuradora-Geral de Justiça disse que o Ministério Público da Paraíba pode fazer um balanço positivo do ano de 2008. Dentre as realizações de destaque estão a nomeação de todos os Promotores de Justiça Substitutos e maioria dos servidores aprovados nos Concursos Públicos promovidos pela Instituição, bem como a promoção e remoção para titularidade das Promotorias em algumas regiões do Estado. Também, a realização de campanhas de combate a corrupção e por eleições limpas; a disponibilização da rede info-seg para os Promotores de Justiça e a sanção de leis que beneficiaram servidores e a própria instituição.

Outra boa novidade foi tirar o prédio do anexo da sede central da Procuradoria Geral de Justiça da planta e dar início as obras de construção do prédio, em João Pessoa, localizado na rua 13 de Maio, por trás da atual sede da Procuradoria. Com tecnologia moderna, o prédio, tem previsão de inauguração para março de 2009 e ocupará uma área de 2.300 metros quadrados, desafogando a atual sede.

De acordo com a equipe de engenharia do Ministério Público, o novo anexo possuirá três pavimentos e será ligado ao atual edifício sede da Procuradoria Geral de Justiça através de passarelas. No térreo haverá um auditório termo-acústico e o sub-



solo funcionará como garagem.

### União de todos

Ao falar ainda sobre a instituição ministerial, Janete Ismael afirmou que espera para 2009 um Ministério Público muito mais fortalecido, onde todos, membros e servidores, tenham um só objetivo: a união, em prol de ofertar à sociedade um trabalho mais eficiente e que atenda aos anseios de quem ao órgão recorrer.

**Ornamentação de Natal do prédio da sede central da Procuradoria Geral de Justiça**

## Famílias desabrigadas conseguem casas após intervenção do Ministério Público Estadual

**A**pós negociação realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça, entre membros do Ministério Público Estadual e a direção da Companhia de Habitação Popular do Estado da Paraíba (Cehap), casas foram construídas para serem entregues as 10 famílias de desabrigados, que haviam invadido a Praça João Pessoa, na Capital. A negociação resultou em um Termo de Ajustamento de Conduta, que foi assinado não só pelo MP e Cehap, mas também pelo Município de João Pessoa e representantes das famílias.

Constou no documento um prazo de 24 horas, dado as famílias para deixarem a praça, o que foi cumprido, e que não poderiam ocupar mais nenhum espaço público em João Pessoa, a título de acampamento. As 10 famílias foram devidamente cadastradas pela Cehap e durante a audiência pública houve um sorteio para definir as residências de cada família.

De acordo com a cláusula sétima do TAC, o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas pelas partes, ocasionará pagamento de multa diária no valor de R\$ 500, até o completo adimplemento da obrigação.

Segundo o Subprocurador-Geral de Justiça, Paulo Barbosa de Almeida, que acompanhou toda a negociação, tudo foi



Subprocurador Paulo Barbosa durante reunião com os sem teto

resolvido a contento. “O Ministério Público é órgão responsável pela defesa do patrimônio público, bem como velar pelos direitos meta individuais, entre os quais estão o direito social à moradia condigna. Dentro dessas obrigações, resolvemos realizar a audiência pública para que houvesse a desocupação da Praça João Pessoa, ocupada por estas 10 famílias, e, ao mesmo tempo, encontrar uma solução de moradia para essas mesmas famílias”, destacou.

### MPPB busca integração com órgãos fiscalizadores

O Ministério Público da Paraíba vem promovendo audiências com diversos órgãos fiscalizadores para integrar e uniformizar ações e programar atuações em conjunto para 2009.

Segundo o coordenador do 1º Centro de Apoio Operacional às Promotorias, em João Pessoa, Hamilton Neves, a intenção do Ministério Público é articular todos os órgãos fiscalizadores para otimizar o cumprimento da lei. As propostas sugeridas nessas reuniões serão apresentadas em uma nova reunião, no mês de dezembro, aos gestores eleitos no último pleito.

Até o momento foram realizadas reuniões envolvendo vários órgãos com atuação similar às diversas Promotorias Especializadas. Já participaram as promotorias de defesa dos Direitos do Cidadão, Patrimônio Público, Saúde e Meio Ambiente. “Essas reuniões servem para minimizar as distâncias entre os órgãos e para trocarmos informações com vistas à maior eficácia de nossa atuação na defesa da coisa pública”, declarou Hamilton.

Segundo ele, o Ministério Público quer aproveitar o início das novas gestões e implementar todas as políticas públicas, que atualmente deixam a desejar. “É importante que os gestores eleitos participem da reunião em dezembro, por se tratar de um trabalho preventivo, em que o Ministério Público busca a parceria para prevenir problemas e apontar soluções.

A Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael também participou e disse que é importante a troca de informações e experiências. Para ela o trabalho em conjunto é muito mais produtivo do que o trabalho isolado. “Com essa parceria a sociedade vai agradecer muito porque com certeza o nosso trabalho vai evoluir e a fiscalização das contas públicas também”, afirmou.



### Fabiana Lobo recebe prêmio João Canuto

A Promotora de Justiça Fabiana Lôbo foi agraciada com o VI Prêmio João Canuto - Direitos Humanos pelo trabalho por ela desenvolvido no combate à prostituição infantil. O prêmio é concedido pelo Movimento Humanos Direitos (MhuD) e foi conferido a diversos homenageados durante o fórum “Os 60 anos dos Direitos Humanos no Brasil: Balanço”.

No início deste ano, Fabiana Lobo denunciou uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes existente nos municípios de Sapé e Mari. A Promotora também promoveu a peça Menina Levada que alerta sobre o abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes. Fabiana também é Coordenadora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

Também foram premiados a Secretária Executiva do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia - MA, Carmem Bascaran Colantes, o ex-presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo e escritor José Damião de Lima Trindade, assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra de Marabá - PA, José Batista Gonçalves Afonso, o vocalista da banda Detonautas Tico Santa Cruz, a Aldeia Guarani da Praia Camboinhas em Niterói - RJ, o ator e diretor Gutti Fraga, do Grupo Nós do Morro, e a ex-delegada da DRT/RJ Lívia Santos Arueira.

O fórum foi coordenado pela atriz global Dira Paes, Diretora Geral do MhuD.

